

## **EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS E CONFLITOS NO ASSENTAMENTO RURAL DA FAZENDA JUPIRA NO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ (1986/1996)**

**Amauri Tadeu Barbosa Nogueira - FFLCH/USP**  
amauri@usp.com.br

**Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki**  
jcsuzuki@usp.br

### **1. INTRODUÇÃO**

A partir dos anos 90, começam a se descortinar novos horizontes teóricos nos estudos sobre assentamentos rurais, trazendo no seu bojo importantes paradigmas analíticos, e acrescentando novos elementos com velhos sujeitos sociais.<sup>1</sup>

Nessas pesquisas prevalecem aspectos importantes para se compreender a organização e a formação dos assentamentos, destacando-se, principalmente, temas que tratam dos conflitos nas organizações sociais e produtivas no interior dos assentamentos, possibilitando-lhes uma reavaliação do curso, pois, com o reconhecimento dos teóricos sobre o relativo ganho econômico dos assentados, as pesquisas voltaram-se com maior intensidade para as relações sociais no interior dos assentamentos.

Um dos representantes dessa tendência é Sergio Leite (1998), que parte das redes de relações sociais formadas pelos assentados no processo de acampamento e de ocupação da terra, para refletir sobre a possibilidade de reposição ou não dos conflitos e das relações de favores. O sociólogo, ao reconstituir a trajetória do assentamento São José da Boa Morte, em Cachoeiras do Macuco, no Rio de Janeiro, destaca a ação do Estado em relação aos créditos bancários que interferem em suas necessidades, instalação e produção. O autor observa, ainda, a existência de uma rede de relações sociais no assentamento que envolve diversos setores, tais como: empresas, geração de renda, produção para o mercado doméstico, organização e representação política, perfil de intervenção do Estado, experimentados nesses núcleos.

*“Finalmente, um terceiro momento é o da instalação e reprodução: após a chegada à terra, delimitação de lotes e início da produção - que a literatura tem mostrado ser de inventividade, mas também de reposição de conflitos - novas questões se colocam: a necessidade, muitas vezes, de disputar os créditos de implantação e do Procefa, a imposição de formas associativas, a diferenciação política que ela produz (ou consolida) entre os assentados, a busca de mercados para os produtos, a manifestação de uma série de carências com relação às formas de escoar o que é produzido, a obtenção de insumos, as carências com relação à saúde, educação, transporte, etc. Esses temas trazem os assentados para novas redes de relações sociais, constituindo espaços de formulação de demandas, de reiteração de antigas mediações, de constituição de outras. Aprendem-se determinadas regras da representação/ delegação, que podem (ou não) reproduzir antigas relações (de clientela, por exemplo), constituem-se novos Parâmetros para a vida em conjunto, exploram-se caminhos de sobrevivência. É nesse processo que se delimita a "região do assentamento". (LEITE, 1998: 13).*

---

<sup>1</sup> As pesquisas, em sua maioria, estavam voltadas para a gestão econômica e enfatizavam os ganhos dos assentados em relação à sua vida pregressa e à capacidade de interferirem no processo de Reforma Agrária do país. Ver, entre outros: BRUNO. e MEDEIROS. (1998); BERGAMAÇO. (1997); FERRANTE. BERGAMAÇO.(1995)

Na trajetória dos assentados, passando pela ocupação, formam-se as redes de relações sociais, econômicas e políticas, o que lhes permite criar vínculos com a comunidade, possibilitando uma inserção nas entidades e nas instituições locais que possam ampliar a luta pela manutenção da terra ocupada, a ampliação de oportunidades no mercado local e a construção de alianças com as forças políticas do lugar. Mas também conseguem opositores nessas relações, nas quais demarcam seu espaço social.

Navarro (2001) contribuiu também de forma significativa ao fazer a análise do contexto histórico que envolve MST, o governo, o assentado e as lideranças na luta pela posse da terra, e os conflitos ideológicos. Em uma análise pertinente, o autor muda o enfoque das pesquisas atuais ao lançar desafios de extrema relevância para o MST. Ao refletir sobre a organização do MST nos assentamentos e sua capacidade de gerenciá-los, reconhece estratégias estranhas à proposta inicial democrática. O MST, segundo Navarro, na tentativa de romper com vícios clientelistas, paternalistas, ou seja, vícios culturais que impedem o aflorar de relações que possam democratizar o espaço social pretendido ou em que atuam, vai construindo sua trajetória histórica sem conseguir se desvencilhar dessas questões culturais enraizadas na sociedade brasileira e que se refletem nos assentamentos e em toda a sua organização, transformando-o em um movimento anômico. Navarro responsabiliza o MST pela radicalização frente ao Estado e a outros movimentos que lutam pela terra no campo. Por outro lado, a existência da manipulação de verbas, a centralização do poder político e a tentativa de monopolizar as lutas no campo criam um conflito particular. O rompimento com vários setores que davam sustentação ao movimento e a desqualificação do poder do Estado tornam o MST uma organização fragilizada dentro do seu próprio território. Navarro também acredita no enfraquecimento do poder político dos grandes proprietários de terra da UDR, e na fragilidade dos setores governamentais. Nessa perspectiva, o MST torna-se uma organização não-democrática com um ethos militarista de cunho leninista e machista, que não permite a ascensão das mulheres à liderança no interior dos movimentos. Ressalta, ainda, que, para conseguir manter a disciplina nos seus assentamentos, o Movimento usa também de repressão física, constrangendo seus assentados, usando fundos públicos para manipular seus subordinados. Tal controle social nos assentamentos chega ao extremo de expulsar algumas famílias de suas terras ocupadas. Navarro reconhece os avanços feitos pelo atual governo, levando em consideração um número elevado de famílias assentadas, batendo, segundo o autor, recorde histórico, e criando linhas especiais de crédito, como o PRONAF, que dão um impulso significativo para os assentados.

Navarro subtrai elementos particulares, gerados na organização do movimento, na busca de compreender a complexidade existente no cotidiano dos assentamentos, apontando questões específicas das estratégias organizativas dos assentados. O desrespeito à trajetória social dos assentados e a intimidação física como forma de controle social revelam uma das faces não-democráticas, motivo de resistência por parte dos assentados.

*“Primeiramente, como referido, o controle social sobre as famílias rurais assentadas, cujas evidências empíricas começam lentamente a surgir como resultado da pesquisa social por parte dos acadêmicos mais preocupados com o rigor de seu trabalho de investigação, e, menos, com suas preferências militantes. Desta forma, são cada vez mais conhecidos os diversos mecanismos utilizados pelos dirigentes da organização que têm a*

*responsabilidade, em uma determinada região, sobre os assentamentos ali existentes. Mecanismos que não apenas submetem os assentados à sujeição através do controle dos fundos públicos mas, muitas vezes, recorrem à mais aberta intimidação, inclusive física. A formação de cooperativas inteiramente coletivizadas, que fazem tábula rasa da história social dos agricultores, antes pequenos proprietários, por exemplo, encontra uma forte resistência das famílias rurais, o que tem gerado inúmeros conflitos nos assentamentos formados.”*

( NAVARRO, 2001: 220 )

É importante perceber que Navarro critica tanto o MST nacional como os mediadores e as lideranças assentadas. Pensamos que o autor inverte o problema, colocando a responsabilidade de fazer uma reforma agrária ou melhorar as condições de vida e as relações no interior dos assentamentos no MST, nos mediadores e nos assentados, como se isso dependesse exclusivamente dos assentados. Embora reconheçamos que as críticas são cruciais para o segmento em questão, acreditamos que seja necessário considerar as propostas do governo e a reforma agrária em curso, e compreender que estas não estão acabadas, portanto, não podemos nos abster de observar a sutileza do tratamento dado ao Estado e aos latifundiários, tratamento que, a nosso ver, oculta conflitos seculares em nosso país.

Outro problema que também influencia na organização do assentamento é a evasão, tema de pesquisa de Leonilde Medeiros e Regina Bruno (1998), sobre os *Percentuais e as Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais*. Nesse estudo comparativo, as autoras visam obter índices de evasões em diferentes momentos da história do assentamento. Durante a pesquisa, observaram que, em alguns momentos, as saídas foram mais intensas, principalmente no início dos assentamentos, devido à demora no recebimento dos créditos para o plantio e à decepção das condições encontradas. As autoras consideram evadidas as famílias que saíram, mediante abandono, venda ou troca de lotes. Em linhas gerais, as causas das evasões são de infra-estrutura; a ausência e a precariedade de serviços de uso coletivo previstos nos projetos de assentamento, especialmente atendimento médico, escola e estradas, recorrentemente são apontadas como motivadoras das saídas. (MEDEIROS e BRUNO, 1998:43)

Outros aspectos que contribuem para as evasões são os ligados à ação do Estado e à forma como o processo de assentamento tem sido conduzido:

*“A demora na regularização/ demarcação dos lotes, os critérios de definição do seu tamanho, de seleção de candidatos, o atraso ou mesmo a não implementação da infra-estrutura básica, a irregularidade na liberação dos primeiros recursos, o não acompanhamento ou a falta de incentivo dos órgãos diretamente responsáveis são os fatores apontados pelos entrevistados como motivadores das saídas.” (MEDEIROS e BRUNO, 1998: 45)*

Percebe-se que a organização do espaço social dos assentamentos está fortemente vinculada a questões relativas à forma como se propõe gerir a produção e a possibilidade de acesso à infra-estrutura, ocasionando momentos dramáticos para os assentados, como: problemas de convivência, conflitos pessoais e expulsão devido ao descumprimento de regras no interior dos assentamentos.

D'INCAO e ROY (1995), ao estudarem o assentamento da Fazenda Jupira, em Porto Feliz/SP, destacam a incapacidade dos assentados de terem relações democráticas devido às relações sociais de dependência a que estão submetidos.

*“O tema deste texto é a necessária criação de relações sociais democráticas no seio de populações contempladas por programas de desenvolvimento oriundos de políticas sociais governamentais e não-governamentais. Populações, via de regra, socializadas em relações de dominação as mais perversas e, por isso mesmo, incapacitadas para a conquista e o exercício dos direitos de cidadania. Ao abordá-lo, partimos do pressuposto de que, no dia-a-dia dessas populações, a pessoas tendem a reproduzir as mencionadas relações de dominação, isto é, a não se comportar como cidadãs em relação às outras. E, considerando essa circunstância desfavorável ao desenvolvimento dessas populações, em razão às de suas próprias condições de existência: presas em relações sociais, econômicas e políticas que as colocam em situação de dominados, essas mesmas relações de dominação não conseguem se encontrar ou se comunicar de modo a chegar a uma visão comum das condições que lhes são impostas, ou daquilo que lhes é dado suportar.(D’INCAO e ROY, 1995: 23)*

Ao analisarem o cotidiano dos assentamentos, os autores observam que os conflitos e as tensões refletem na forma de exploração agrícola adequada ao assentamento, no estado catastrófico das máquinas e no funcionamento da associação. Há também fatores culturais pré - estabelecidos a partir de matrizes ideológicas fincadas em um mundo machista, com heranças de clientelismo, paternalismo, gerando uma disputa de poder político no interior do assentamento, o que dificulta e desestabiliza a opção pela democracia como forma de organização social, caindo no viés do autoritarismo, apoiado no poder carismático de alguns líderes. Segundo os autores, havia um frágil funcionamento das modalidades coletivas de tomadas de decisão, por meio dos discursos das partes envolvidas (individuais, coletivos e mediadores), levando a uma invalidação circular:

*Essa dialética entre as relações quotidianas e as relações de dominação existentes na situação de assentamento foi evidenciando-se como uma constante à medida que avançávamos na nossa trajetória de investigação e interrogação das relações sociais obstaculizadoras do que entendíamos ser o processo de democratização das relações sociais no interior da agrovila.Revelando-nos, cada vez mais, a forte imbricação existente entre os valores da moral social dominante e os da moral militante na produção das relações de dominação paralisantes ou inibidoras de práticas sociais mais criativas entre os trabalhadores. (D’INCAO e ROY, 1995: 167)*

O discurso da moral militante era utilizado para ocultar o exercício autoritário de poder no assentamento. Tais mecanismos de invalidação estavam na base dos discursos militantes, configurando uma lógica de reprodução das lideranças. A invalidação visava ao poder, e o controle criava obstáculos para experiências democráticas no interior do assentamento.

Nesse contexto, entendemos o assentamento como espaço que expressa relações de tensões e conflitos que podem ser revelados nas práticas sociais, nas estratégias de luta, impregnadas de simbologias. O assentamento é o lugar dos (re) encontros de culturas, espaço de representação e legitimação dos sujeitos sociais envolvidos no processo de formação e organização do espaço social, e que se constitui num momento de fragmentação socioespacial, trazendo no seu bojo as construções produtivas e históricas, e também a transformação do território que se configura nas relações sociais produtivas, políticas e culturais da dialética da realidade social.

Estabelecemos como objeto da pesquisa o conflito, compreendido como fruto das relações sociais multifacetadas, decorrentes das mais variadas trajetórias de vida e de trabalho que se expressam nos

valores, nos símbolos, nos desejos e nos projetos que permeiam o imaginário e as atitudes dos sujeitos sociais no interior das práticas em sociedade e das estratégias de luta. Conflito esse que emerge como uma perspectiva analítica das práticas sociais e estratégias de luta, fruto das relações sócio-espaciais no interior do assentamento, produzindo, assim, uma redefinição do uso do espaço social, que passa a ser construído pelos assentados com o advento do assentamento, expressão da complexidade política, social, econômica, cultural, organizativa e produtiva.

Portanto, nossa pesquisa tem como objetivo compreender os conflitos no interior das práticas sociais e das estratégias de luta nos processos de formação e de organização em assentamentos rurais, e seus desdobramentos entre trabalhadores assentados, lideranças e agentes mediadores. Definimos como área de estudo o Assentamento da Fazenda Jupira, localizado em Porto Feliz/SP, pertencente à Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC), que é de domínio Estadual e que se efetivou em 19 de março de 1986, na cidade de Porto Feliz/SP, com 124 famílias, sendo que a maioria vive e trabalha no local.

O assentamento localiza-se a 15 Km do centro da cidade, no Km 101 da rodovia Castelo Branco, no Município de Porto Feliz, no cruzamento com a SP 91 (Antônio Almeida de Aquiles), e encontra-se próximo aos mercados regionais de Sorocaba, com distância de 18 Km; e de São Paulo, 100 Km. Sendo assim, tomamos como data inicial 1986, por ser a data de origem oficial do Assentamento da Fazenda Jupira, em que o território ocupado passa a ser o lugar das manifestações conflituosas, de práticas culturais e sociais dos sujeitos envolvidos no processo. Por outro lado, a escolha da data limite 1996 permite compreender a formação e a organização do Assentamento, do seu impacto local, e observar a primeira geração de assentados, de agentes mediadores, de lideranças, de práticas sociais e de estratégias de lutas iniciais (coletivas, semicoletivas, associativas, individuais) e seus impactos entre os envolvidos.

A periodização dos primeiros dez anos justifica-se devido às relações contraditórias de identidade/diferença do velho/novo entre os sujeitos envolvidos e de como essas se concretizam na práxis cotidiana do assentamento sob o processo contraditório de produção, de consumo e de cultura, que vem recoberto por utopias individuais e coletivas, pautadas por projetos distintos entre Estado e pela racionalização da produção (técnicos do ITESP engenheiros agrônomos), Igreja comunitária (CPT/CEBS), MST, socialismo (líderes, assentados).

O assentamento alvo da pesquisa constitui-se em uma realidade diferente pelas suas características urbanas enraizadas nas famílias, que, em sua maioria, são oriundas das cidades (Campinas e Sumaré) e ficaram distantes da atividade agrícola por longo período. (ITESP, 1991: 0 2) Essas experiências possibilitaram aos assentados incorporarem práticas sociais mais democráticas no espaço da negociações.

## **2. APRENDENDO E CONSTRUINDO A DEMOCRACIA**

No interior do assentamento as redes e relações sociais são, em grande parte, rupturas com a vida pregressa dos assentados; são momentos de nova sociabilidade. Os conflitos são reflexos de projetos distintos, de necessidades imediatas, mas também de projetos que pressupõem a construção do espaço social do assentamento sob as práticas sociais e estratégias de luta que

encerram (re)arranjos de práticas democráticas que surgem como resultados dos conflitos negociados dentro das regras estabelecidas pelos próprios assentados.

Nos documentos pesquisados, podemos observar as tensões, os conflitos e a tentativa de superação das diferenças entre os sujeitos sociais envolvidos no processo de organização do assentamento.

De acordo com a Ata de Reunião realizada em 05 de novembro de 1993, observa-se que uma das pautas refere-se à seleção de assentados para ocupar lotes vagos ou a vagar. Verifica-se a tensão no interior das comissões através dos seguintes itens desta ata:

*“ Item 3 – O Setor II teve seu representante juntamente com o Setor III, ambos eleitos pelos moradores do setor. O representante do setor I, pediu para não participar da Comissão devido a pressões sofridas.*

*Item 7 – Qualquer negociação fora da lista não será reconhecida, sendo que o DAF acionará a Justiça para a retomada do Lote, ficando o comprador sem qualquer ressarcimento.”*

Temos aí um jogo de poder que envolve todo o assentamento, dentro de uma perspectiva democrática que, contudo, não consegue satisfazer a todos, fazendo com que os mediadores lancem mão de alguns artifícios para fazer prosseguir a distribuição dos lotes. Observa-se, no final da ata, um *“Alerta Geral: O desenvolvimento do assentamento e o bom convívio das famílias dependem de todos nós”*. Nota-se, nessa passagem, uma tentativa de conciliação que faz parte das iniciativas para a resolução dos conflitos encontrados, como, por exemplo, as diferenças ideológicas no interior do grupo. Numa entrevista com um líder, podem-se ouvir as seguintes declarações:

*“ (...) Mas diante dessa história toda, o que eu quero dizer é o seguinte: nós (sic) temo (sic) hoje 85% no Brasil que é (sic) favorável (sic) à reforma agrária; quem faz é o MST. Temo (sic) 15% que é (sic) contra. Temo (sic) aí latifundiário, né? Fernando Henrique, esse Geraldo governador de São Paulo que é contra, esses políticos, mais alguns fazendeiros. No meio aparece algum pobre que é contra e faz parte deste 15%. Aqui dentro, aqui, oh, nós (sic) tem (sic) dois assentado (sic). (...), Ele num(sic) fala que é contra, mais (sic) as coisas que ele faz é (sic) totalmente contra, não contribui (sic) dentro do assentamento. Você encontra gente! (...) Não contribui em nada.”*

O conflito surge no estágio da tensão pré-estabelecida a partir das posições dos sujeitos envolvidos, revelando a capacidade dos sujeitos de discordar da maioria do grupo e fazer possíveis enfrentamentos sob a forma de não *contribuir* para a construção do coletivo.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na formação e organização do assentamento da Fazenda Jupira, os conflitos no interior das práticas sociais e as estratégias de luta redimensionam suas ações por meio de práticas coletivas (passeatas, formação de comissões de saúde, de segurança, de transporte, de educação e outras). Ou seja, na produção do espaço configura-se um momento de construção de relações democráticas. As práticas sociais e estratégias de luta, vistas em seu conjunto, representam ações democráticas e libertárias, e expressam a força transformadora da democracia. Questionamos autores como D'INCAO e ROY (1995) e Navarro (2001) que colocam as relações de favores como predominantes nas relações sociais dos assentados. A nosso ver, as práticas clientelistas têm outros instrumentos de mediação que não dão conta de revelar as experiências que surgem no interior do assentamento em questão. Na organização do espaço, o conflito surge como resultado das ações coletivas que trazem no seu

interior questionamentos da vida pregressa desses sujeitos e que lhes permite um novo olhar sobre seu próprio universo cultural.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, S. M. e NORDER, L. Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais em São Paulo. In: Medeiros, L. e Leite, S. (org) *A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. da UJRJ/CPDA. (1999).

\_\_\_\_\_. *O que são Assentamentos Rurais*. Coleção Primeira Passos. São Paulo: brasiliense, 1996.

BRENNEISEN, CARDOSO ELIANE. *Relações de poder, dominação e resistência: O MST e os assentamentos rurais* Cascavel: Edunioeste, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOSI, E. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. Ateliê Editorial, 2ª 2004.

BRUNO, R. & MEDEIROS, L. “*Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais*”.- Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO.

CRUZ, F. C. *Reforma Agrária e sua evolução*. São Paulo: Editora Leud, 1987.

DELGADO, G. C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Campinas: Editora UMICAMP, 1983.

D’ INCAO, M. C. & ROY, G. *Nós, Cidadãos Aprendendo e Ensinando a Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, B. M. *MST: Formação e Territorialização em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.  
\_\_\_\_\_. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2000.

FERRANTE, V.L.S.B e BERGAMASCO, S.M.P.P. *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: MULTICAMP/UNESP, 1995.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Paz e Terra, 1976.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A Agricultura Familiar*. 2v. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997

LEITE, S. *Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos Políticos, Econômicos e Sociais*. 1998.

\_\_\_\_\_, et al *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural*. NEAD. 2004

MEDEIROS, L. (ORG) *Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

NAVARRO, Z. 1997. *Sete Teses Equivocadas Sobre as Lutas Sociais no Campo: o MST e a Reforma Agrária*. São Paulo em perspectiva 11(2), 2001.

\_\_\_\_\_. “*Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil*”

NETO, C. C. *Reforma Agrária no Brasil: a Intervenção do MST e a atualidade do Programa de transição*. In: Revista Outubro. São Paulo: 2ª 1998.

\_\_\_\_\_. *Agricultura Familiar e Renda da Terra*. In: Revista Estudo Sociedade e Agricultura, 10 de abril/1998.

OLIVEIRA, A.U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_, A. U.A *Geografia das lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, B.S. *OS Caminhos da Produção não Capitalista*. In: Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 02002.

SILVA, C.T; SANTOS, R. e COSTA, L.F.C.(orgs) *Mundo Rural e Políticas – Ensaio Interdisciplinares* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

SOUZA, M A (1994). *A Formação da Identidade Coletiva: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema*.251.f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação/ UNICAMP.

\_\_\_\_\_.(1999). *As Formas Organizacionais de Produção em assentamento rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*.259.f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação/UNICAMP.

TARELHO, Luiz Carlos. *Da consciência dos Direitos à Identidade Social: Os Sem-Terra Sumaré*. 261 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifca Universidade Católica de São Paulo, 1988.